

Modus faciendi dos especuladores

Fernando Honorato

Fernando Henrique Cardoso, quando na Tribuna do Senado Federal, não economizou críticas ao presidente Sarney a respeito da condução da política monetária da época. Mais tarde, mesmo antes de assumir a Presidência da República, segurou com mãos fortes as rédeas da economia brasileira e, por quase todo seu primeiro governo, conseguiu manter a inflação em patamares aceitáveis.

O aumento do dólar frente ao real, observado nos últimos dias, desvalorizou os investimentos internacionais no Brasil, fazendo com que os especuladores, ao sacarem suas aplicações, recebam quantidade de dólares bem menor que aquela que receberiam na data anterior da desvalorização. A alteração no câmbio aumentou, por tabela, os preços dos produtos importados em reais, gerando uma elevação nos ganhos do nosso exportador, tornando competitivo o produto brasileiro, o que resulta em tendência a exportar mais do que importar. E o superávit da balança comercial pode ampliar nossas reservas, não com o capital especulativo, como vinha acontecendo, mas com o pagamento real, resultado líquido da balança comercial, ou seja, dinheiro nosso não emprestado. Seria perfeito se esse mecanismo complicado não gerasse vários riscos, como:

1) A ampliação do mercado exportador do país produz desabastecimento interno com a consequente volta da inflação.

2) Para segurar o dinheiro estrangeiro no Brasil, elevam-se as taxas de juros, o que repercute sobre o custo dos nossos produtos, encarecendo-os e, por tabela, reduzindo o lucro do investidor nacional, o que também reduz a poupança interna privada e novamente produz inflação.

3) A elevação dos juros provoca insuportável volume de encargos financeiros no setor público (só como exemplo: a permanecer a taxa de juros de apenas 30%, considerando a desvalorização do real, a dívida atualizada chegará próximo dos R\$ 400 bilhões, o que gerará juros de R\$ 120 bilhões somente em 1999).

Segundo dados da própria Receita Federal, existe em circulação, na economia, um montante aproximado de R\$ 825 bilhões sem pagar imposto de renda. As maiores empresas, como montadoras de veículos, bancos e laboratórios de remédio são as que menos recolhem imposto. É ou não é um caso de polícia?

Depois, aproveitando-se do agravamento da crise, o governo envia o Projeto de Lei nº 4.898/99 (com o rótulo que indicava a solução fiscal para o Brasil), aprovado em regime de urgência pelo Congresso Nacional, aumentando a contribuição previdenciária para os funcionários públicos e criando-a para aposentados e pensionistas.

Como sempre, o governo só apresenta soluções taxando os trabalhadores. O maior problema fiscal decorrente é que, já que a

receita tributária da União é de menos de R\$ 70 bilhões anuais, mantidas as taxas de juros que pagamos, todos os impostos arrecadados pelo governo federal só serão suficientes para pagar pouco mais da metade dos encargos anuais (juros) de nossa dívida interna.

O nosso vizinho uruguaio, presidente Julio Sanguinetti, considera que o presidente Fernando Henrique agravou a crise brasileira para conseguir a reeleição. Verdade ou mentira, o fato é que o segundo mandato de Fernando Henrique começou mal, perdido nos mesmos problemas de seus antecessores e agora, engessado, aguarda o assentamento natural da moeda.

Preocupação mundial, nem mesmo Sua Santidade deixou de se manifestar a respeito da crise. Durante sua peregrinação pelo México, o papa João Paulo II não deixou de exortar os países ricos a perdoarem, ou pelo menos reduzirem, a dívida externa dos países pobres.

O presidente da Argentina, Carlos Menem, por sua vez, também andou dando seus pitacos, insistindo na tese de que a dolarização é o caminho, pois "abrir mão de uma moeda nacional não representa abrir mão de parte da soberania".

Todos sabemos que outros países também fizeram dívidas públicas, mas investiram em infraestrutura, ou seja, educação, saúde, segurança etc., gerando resultados positivos. No caso do Bra-

sil, não. Afinal, nossa dívida pública é quase toda resultante do pagamento de juros aos especuladores, obras inacabadas ou subfaturadas e desmando administrativo.

Até quando teremos que aceitar tudo isso? Será que vale a pena levar o nosso povo ao desespero, à fome, à miséria, ao desemprego e até ao suicídio para honrar o pagamento de dívida que ele não fez e nem dela se beneficiou?

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e os Estados Unidos da América aceitaram ao longo dos anos todas as fórmulas de remédios possíveis para controlar a conturbada economia brasileira. Talvez agora nossas autoridades econômicas consigam aviar o receituário inelegível que nos passaram para amenizar a crise que eles já sabiam que seria impossível evitar, dado o tratamento tardio da febre do paciente. Nosso país padece, mas os países ricos, como os EUA, tornam-se mais ricos ainda, o que nos faz acreditar que, como ficou mais complexo intrigar as nações e vender armas que tantos lucros dão, eles vêm optando por caminhos mais inteligentes (e rentáveis).

Sendo, ou não, os EUA e o FMI os maiores culpados pelo estado de penúria em que novamente nos encontramos, cabe a eles apresentar as soluções, pois desde muitos anos seguimos seus conselhos, e nesse caso não podemos estranhar a substituição do presidente não empossado do Banco Central por Armínio Fraga,

diretor-gerente de investimentos do fundo do megainvestidor George Soros. Esperamos que seu vasto conhecimento do modus faciendi dos especuladores traga muitos benefícios à área econômica do governo, assim como trouxe à área policial, no passado, a prática de admitir, em seus quadros de informantes, pessoas familiarizadas com o mundo marginal, com o objetivo de controlar com maior eficiência o índice de criminalidade.

Se já se pensa em atrelar o dólar, o euro e o iene na tentativa de estabilizar o sistema financeiro mundial, já que fomos engolidos pela globalização, talvez então a dolarização seja a solução de menos transtornos para o nosso país. Aos "patriotas" queremos dizer que, como sempre, serão os trabalhadores a pagar pelos erros da equipe econômica do governo. Falar em perda de soberania em relação à moeda nacional chega a ser uma piada, pois nada se faz no Banco Central sem antes consultar o FMI e os EUA. Sendo assim, estaremos ao lado de quem sabe fazer política econômica, pelo menos em seu país.

O que não podemos mais é suportar essa instabilidade que corrói nossa auto-estima e nos faz sentir como se fôssemos inquilinos de nossa própria pátria. Devemos, sim, é cuidar para não perder nossa dignidade, antes que seja tarde.

■ Fernando Honorato é presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal